

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

MONOGRAFIA

**Sobre objetos não-existent: uma análise do
debate entre Meinong e Russell**

Deir da Silva Machado Junior

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

SOBRE OBJETOS NÃO-EXISTENTES: UMA ANÁLISE DO DEBATE
ENTRE MEINONG E RUSSELL

DEIR DA SILVA MACHADO JUNIOR

Sob orientação de
Alessandro Bandeira Duarte

Monografia de conclusão apresentada ao Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Licenciado em Filosofia**

Seropédica, RJ, Brasil
Dezembro de 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

DEIR DA SILVA MACHADO JUNIOR

Monografia de conclusão apresentada ao Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Licenciado em Filosofia**

MONOGRAFIA APROVADA EM 11/12/2019.

Alessandro Duarte. Dr. UFRRJ
(Presidente)

Markos Klemz Guerrero. Dr. UFRRJ

Robinson Guitarrari. Dr. UFRRJ

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus familiares, amigos e professores, que muito colaboraram para sua realização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Silvia, por toda a sua dedicação;
ao meu pai, Deir, por todo o seu incentivo;
à minha vó, Elisa, por toda a sua atenção e conselhos;
aos meus irmãos, Grazi e Rafael, por estarem sempre ao meu lado;
ao meu professor, orientador e amigo, Alessandro, por todo o seu empenho, ensinamentos e indicações certeiras de leituras;
à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por ter me propiciado um ensino gratuito e de qualidade;
aos professores do Departamento de Filosofia, por muito contribuírem na minha formação filosófica;
e aos meus amigos que me acompanharam nessa graduação, em especial, Leonardo Cecílio, Leonardo Reis, Jean Michel e Paola Benvenuto.

RESUMO

MACHADO JUNIOR, Deir da Silva. **Sobre objetos não-existentes: uma análise do debate entre Meinong e Russell**. 2019. 30f. Monografia (Licenciatura em Filosofia). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

No presente trabalho são expostas e analisadas as matizes do debate entre Alexius Meinong e Bertrand Russell, tendo como principais questões o que concerne à possibilidade de objetos não-existentes possuírem propriedades genuínas ou serem constituintes de enunciados significativos e verdadeiros, visto que suas posições apresentem respostas radicalmente antagônicas para tais problemas. O foco do que é abordado delimita-se ao início da discórdia entre Meinong e Russell, tendo como referências seus respectivos trabalhos: o artigo *Sobre a Teoria do Objeto*, de 1904, e o artigo “On Denoting”, de 1905. Para tal, primeiro são expostas as características do problema sobre objetos não-existentes. Em seguida, são expostos e analisados os axiomas e amplitude dos resultados da teoria dos objetos, de Meinong. Depois, os axiomas e amplitude dos resultados da teoria das descrições, de Russell. Por fim, são analisadas as críticas russellianas à teoria meinonguiana, examinando se estas são válidas ou inválidas.

Palavras-chave: Alexius Meinong; Bertrand Russell; Não-existentes; Teoria das descrições; Debate.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	A TEORIA DOS OBJETOS DE ALEXIUS MEINONG	10
3	A TEORIA DAS DESCRIÇÕES NO “ON DENOTING”	15
4	AS CRÍTICAS DE RUSSELL À TEORIA DOS OBJETOS.....	24
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

1 INTRODUÇÃO

É certo que podemos pensar e falar sobre o que não existe, pois estas são possibilidades que a complexidade do pensamento e da linguagem humana nos permite. Mas o que é existir? Será que é possível criar enunciados significativos e verdadeiros acerca de objetos não-existentes? Será que tais objetos podem ter propriedades genuínas? Essas são discussões que têm gerado importantes debates em campos filosóficos como a filosofia da linguagem, a ontologia, a lógica e a epistemologia, ao envolverem temas como denotação, existência, verdade, referência e objeto de conhecimento. Parece ser intuitivamente correto afirmar como verdadeiro que “Sherlock Holmes é um detetive” ou “Carmen Sandiego é uma ladra”, mas também parece ser intuitivamente correto afirmar como verdadeiro que tanto *Sherlock Holmes*, como *Carmen Sandiego* não existem. Mas se eles não existem, então sobre o que está sendo negada a existência? Seria intuitivo afirmar que “Sherlock Holmes não é um detetive”?

Quine classificou essas questões como um problema ontológico que apelida como “Barba de Platão”:

Esse é o velho enigma platônico do não ser. O não ser deve, em certo sentido, ser, caso contrário, o que é aquilo que não há? Essa doutrina emaranhada pode ser apelidada de a barba de Platão; historicamente, ela se mostrou resistente, fazendo frequentemente a navalha de Ockham perder o corte (QUINE, 1980, p. 12).

A fim de buscar uma resposta para as questões supracitadas, Alexius Meinong (1853-1920) formulou a teoria dos objetos, uma ciência universal na qual os não-existentes recebem uma importante atenção como objetos genuínos de conhecimento que devem ser objetos de estudo por meio de princípios teorizados. Contudo a teoria meinonguiana foi duramente rejeitada e criticada por Bertrand Russell (1872-1970) por meio de sua teoria das descrições, cujo conteúdo possui argumentos persuasivos que seguem uma verve analítica, na qual, dentre as acusações à teoria meinonguiana, estão presentes a violação de leis da lógica e a superpopulação ontológica desnecessária. A argumentação persuasiva e a fama de Russell, de certa forma, impediram que houvesse uma decolagem e um estudo rigoroso da teoria dos objetos¹ entre seus contemporâneos, e inclusive fizeram com que, de algum modo, que as análises de Meinong sobre os não-existentes fossem até ridicularizadas².

No que concerne ao problema ontológico, o debate entre os dois filósofos supracitados é o mais célebre da filosofia contemporânea e desenrolou-se através de

¹ Cf. SWANSON, 2011, p. 3.

² Cf. ROUTLEY; ROUTLEY, 1973, p. 224.

publicações de uma série de artigos contendo postulados, críticas, réplicas e trélicas entre os anos de 1904 e 1920.³ Contudo, embora célebre, o debate é destoante, visto que a teoria de Russell é considerada uma das mais importantes do Século XX e foi extensamente estudada por diversos filósofos analíticos, enquanto a interpretação da teoria dos objetos parece ter sido muita das vezes apenas uma leitura da interpretação russelliana por muitos desses mesmos filósofos analíticos⁴.

No presente trabalho, irei abordar especificamente o início do debate, através de uma investigação acerca das críticas presentes no célebre artigo “On Denoting”, de 1905, que são direcionadas para o artigo *Sobre a teoria do objeto*, de 1904. O objetivo principal é defender que, em tais críticas, os argumentos de Russell não são realmente válidos e, portanto, as releituras da teoria dos objetos a partir da perspectiva russelliana são ecos de equívocos (que muito provavelmente são intencionais), visto que os argumentos da crítica não são congruentes com o que é exposto nos argumentos de Meinong, gerando distorções ao que realmente foi dito e caracterizando-se como uma falácia do espantalho.

Para manter o rigor na análise e provar as distorções das críticas de Russell, primeiramente serão expostas as principais matizes da teoria dos objetos, desenvolvidas no *Sobre a teoria do objeto*, tais como o conceito de objeto, existência, subsistência e não-existência, a crítica ao que Meinong considera um equivocado realismo da metafísica na pretensão de ser uma ciência universal, os seus principais axiomas (como o princípio da independência, a tese da indiferença e o postulado da caracterização), os desdobramentos acerca de contextos intencionais sobre alguns tipos de não-existentes e a consistência e amplitude das respostas acerca do problema ontológico. Em seguida, será feita a análise da teoria das descrições de Russell, em “On Denoting” (1905), analisando o problema da denotação, as nuances entre as formas lógica e gramatical da linguagem, a ideia de expressão denotativa como símbolo incompleto, os resultados gerados pela teoria que estão para além da semântica e da lógica e a consistência e amplitude das respostas acerca de não-existentes. E por fim, serão analisadas as críticas de Russell à Meinong. Nesse primeiro momento do debate, a crítica de Russell gira em torno de uma suposta violação da lei de não contradição advinda dos resultados do conceito de objeto da teoria de Meinong, mas se desdobra de um duplo modo: por um lado, uma violação do princípio de não contradição relacionado às implicações existenciais e, por outro, relacionado à contradição entre propriedades. Serão apresentadas possíveis interpretações a respeito da teoria do Meinong que comprovam a não validade do conteúdo das críticas.

A exposição da falácia do espantalho por parte de Russell, de forma alguma, encerra a investigação sobre o prolífico debate sobre os não-existentes. Ela representa

³ Cf. SMITH, 1985, p. 305.

⁴ O exemplo mais célebre é Quine em *Sobre o que há*.

somente um primeiro dentre muitos pontos de discordâncias entre ambos e uma pequena parte de uma série de boas questões que se seguiram. Além da exposição da falácia russelliana, por fim, como um complemento à apologia do meinonguianismo, será exposto uma falha da teoria russelliana dentro do campo que se ergue: a lógica. Objetivo dessa apologia é simplesmente o de explanar uma injustiça e não deve ser confundido com uma tentativa de uma comparação entre teorias para eleger uma que seja a melhor. Isso seria impossível, uma vez que, para se ter um critério justo, seria preciso analisar as correções feitas pelos dois filósofos às suas respectivas teorias, o que não é o foco desse trabalho, pois aqui se vislumbra a exposição apenas do início do debate.

2 A TEORIA DOS OBJETOS DE ALEXIUS MEINONG

Em 1904, Alexius Meinong publicou o artigo *Sobre a Teoria do Objeto*, no qual critica o restritivismo das ciências particulares e a enganosa concepção de Metafísica como ciência universal, pois esta limita-se a um pré-juízo a favor do efetivo, incluindo em seu escopo apenas objetos existentes e subsistentes e excluindo os objetos não-existentes. Meinong considera importante que uma ciência com *status* universal trate também desse último tipo de objetos, pois, além de termos um conhecimento considerável sobre alguns deles, há também a possibilidade de serem representados ou julgados, fazendo parte, portanto, de uma grande parcela da totalidade dos objetos de conhecimento:

A metafísica lida, sem dúvida, com a totalidade do que existe. Mas, a totalidade do que existe, incluindo aí o que existiu e o que existirá, é infinitamente pequena em relação a totalidade dos objetos do conhecimento; e que se tenha negligenciado isto tão facilmente tem, bem entendido, o seu fundamento no fato que o interesse vivo pelo efetivo, que está em nossa natureza, favorece esse excesso que consiste em tratar o não-efetivo como um simples nada. (MEINONG, 2005, p. 96).

A fim de superar esse falso *status* de universalidade da Metafísica, Meinong tenta postular uma ciência que seja, de fato, englobante da totalidade dos objetos de conhecimento. Isso significa que, além da parcela de objetos que são (1) existentes e (2) subsistentes, a parcela dos objetos (3) não-existentes deve pertencer ao domínio dessa ciência. Para tanto, Meinong basicamente distingue, respectivamente, esses três tipos de objetos da seguinte maneira:

- (1) Objetos que possuem atualidade espaço-temporal (*Sein*). Como, por exemplo, você, o atual leitor desse texto.
- (2) Objetos que não possuem atualidade espaço-temporalmente, mas possuem um conjunto de propriedades (*Sosein*) que os tornam completos dentro de uma faixa de significância. Por exemplo, o número 5 possui ou não qualquer propriedade numérica, como *ser ímpar* ou *não ser ímpar*, ou *ser primo* ou *não ser primo*.⁵
- (3) Objetos que, além de não possuírem atualidade espaço-temporal, e apesar de possuírem propriedades que os caracterizam, são incompletos. Como é o caso da *montanha de ouro* que tem as propriedades *ser montanha* e *ser de ouro*, embora tal

⁵ A completude dos objetos tem a ver com as propriedades que lhes são relevantes. No caso citado, propriedades como *ser azul* ou *ser leve* não são relevantes acerca de tal objeto.

objeto seja indeterminado em relação a propriedades que concernem a montanhas, como as propriedades de *ter mais que 1000 metros de altura* ou *não ter mais que 1000 metros de altura*⁶.

Há também uma subdivisão na categoria dos objetos não-existentes em:

- (3.1) Possíveis não-realizados, que são aqueles que, apesar de não existirem espaço-temporalmente, poderiam existir por não apresentarem propriedades contraditórias, como é o caso da *montanha de ouro*;
- (3.2) Impossíveis que, por possuírem propriedades contraditórias, não podem, de forma alguma, existir espaço-temporalmente, como é o caso do *quadrado redondo*.

Por meio dessas distinções entre os tipos de objetos, tornar-se possível para Meinong a postulação de determinados princípios para a sua teoria. Por exemplo, é possível notar que, em última instância, o conceito de objeto abarcará tudo o que possui um conjunto de propriedades, havendo, portanto, como o próprio autor diz, uma espécie de princípio de independência entre o *Sosein* e o *Sein*:

... decorrem deste princípio [o da independência] não apenas os objetos que não têm existência de fato, mas também aqueles que não podem existir porque são impossíveis. Não apenas a célebre montanha dourada é de ouro como o círculo quadrado certamente é tanto quadrado quanto é redondo (MEINONG, 2005, p. 100).

Do princípio supracitado segue-se uma espécie de postulado de caracterização⁷, que afirma que o fato de ter propriedades é independente do ser, do não-ser, da completude ou da incompletude do objeto, embora ele tenha propriedades específicas que o caracterizam. Como aponta Routley:

The argument — an argument from characterisation and meaning — for these truths is simply that if *f* is a characterising feature of *a* then *af* is true. For an item has, necessarily, those properties which characterise it. In more formal mode, if being *f* is part of what is meant by “*a*” then *af* is bound to be true, in virtue of the sense of *a*. For instance, the description “the golden mountain” has a sense, since it is a nonparametric component of The golden mountain is golden, and The mountain golden is golden is significant and has a sense. By “the golden mountain” is meant “the mountain which is golden”, in other words “the mountain of which it is true that it is golden”. But mustn’t it be true of this (nonexistent) mountain that it is golden? (ROUTLEY, 2018, p. 61).

O objeto *a montanha de ouro* tem as propriedades de *ser montanha* e *ser de ouro*, mesmo sendo um objeto não-existente, bem como o *círculo quadrado* tem as propriedades tanto

⁶ Cf. SWANSON, 2011, p. 17.

⁷ Termo inventado e utilizado pelo filósofo meinonguiano Richard Routley.

de *ser círculo* como a de *ser quadrado* que lhes caracterizam respectivamente. O princípio caracterização pode conceder resultados epistemológicos interessantes como a discernibilidade entre não-existentes, visto que, embora tanto *a montanha de ouro* como *o círculo quadrado* não existam, é possível distinguir um do outro justamente em virtude da diferença de seus respectivos conjuntos de propriedades. A aplicação de tal princípio também é interessante no domínio dos personagens fictícios dentro de determinados contextos⁸, visto que estes, apesar de não existirem, possuem um conjunto de propriedades que os identificam. Como no caso do *Bilbo Bolseiro*, um personagem que tem um conjunto de propriedades que lhe foram atribuídas por J. R. R. Tolkien em *O Hobbit*, tais como *ser um hobbit*, *morar numa toca no Condado*, *ter sido portador do Um Anel*. Contudo ainda assim, é um objeto incompleto, pois uma série de propriedades que lhe poderiam ser atribuídas numa faixa de significância não foram incluídas na caracterização feita pelo autor, configurando-as, portanto, como indeterminadas, como, por exemplo, *ter rins*, mas sem que isso afete a caracterização do objeto não-existente.

Plainly many such nonentities will have rather indeterminate natures, since their characterisations leave many respects undetermined. For instance, the round square is indeterminate as to the length of its side, as to its diameter, as to its colour and in most other respects, its nature being given by the features of roundness and squareness and their joint consequences (ROUTLEY, 2018, p. 66).

Os personagens fictícios representam objetos que, apesar de não-existentes, não possuem propriedades contraditórias em sua definição e fazem parte de uma parcela de objetos cujo conhecimento dentro de determinados contextos tem uma efetiva importância, isto é, numa discussão sobre *O Hobbit* seria contra-intuitivo e errôneo afirmar que o *Gandalf* é um elfo ou um anão⁹. Contudo, quando se trata de objetos impossíveis, Meinong reconhece que, em relação ao conhecimento talvez não haja efetiva importância, mas ainda assim são dignos de serem considerados objetos de conhecimento.¹⁰

Para consolidar a legitimidade de tais objetos como objetos de conhecimento, Meinong introduzirá o conceito de objetivo (*objektive*), que basicamente consiste na representação ou juízo sobre um determinado objeto, de forma que tais atos de representar ou julgar podem ser direcionados tanto para os objetos que existem como para os que subsistem ou não existem. Esse direcionamento de juízos e representações é salientado por Meinong logo nas primeiras linhas do artigo, quando afirma a validade de uma espécie de princípio de intencionalidade:

⁸ Contexto da obra em que o personagem fictício está presente, que, em última instância, também é uma das propriedades que o caracterizam. Como, por exemplo, “Dr. Manhattan acabou com a guerra entre Estados Unidos e Vietnã, na HQ Watchmen”, em que *ser personagem da HQ Watchmen* é uma das características implícitas e contextualiza o não-existente citado.

⁹ Gandalf é um mago.

¹⁰ Cf. MEINONG, 2005, p. 100.

Que não se pode conhecer sem se conhecer algo; mais genericamente, que não se pode julgar e também não representar sem julgar sobre algo ou representar algo, isto pertence ao mais evidente sob uma consideração elementar dessas experiências (MEINONG, 2005, p. 93).

Desta forma, quando é feito um juízo ou pensamento direcionado a algo, ele, na verdade, é um objetivo acerca de um objeto, e se encontra dividido numa tripartite: ato, conteúdo e objeto¹¹. Os dois primeiros constituem experiências mentais e o último como sendo algo fora da mente para o qual os dois primeiros são direcionados. Isto é, se afirmo que “a montanha de ouro não existe”, tenho como objetivo a negação da existência do objeto *a montanha de ouro*; ou se afirmo que “o atual presidente dos EUA é um reptiliano”, o objeto é *o presidente dos EUA* e o objetivo é o juízo sobre sua origem alienígena; ou ainda se afirmo que “o quadrado redondo é redondo”, meu objetivo é a afirmação de uma propriedade do objeto *o quadrado redondo*. Independentemente do objeto constituinte do objetivo ser existente, subsistente, possível ou impossível, ele é apreendido, formando uma espécie de objetividade que torna o próprio objetivo um objeto subsistente. E Meinong classificará como objetivos-de-ser, aqueles que correspondem a juízos ou representações sobre o ser, e como objetivos-de-não-ser, aqueles que correspondem a juízos ou representações sobre o não-ser.

Vale notar que o conceito geral de objeto não se reduz ao que é objeto de juízo ou representação intencional, mas sim faz parte de um conjunto muito maior, que tem como constituintes também aquilo que, embora não tenha sido representado ou julgado, possui a possibilidade de ser julgado ou representado, ou seja, o objeto está para além da mente e é tudo o que tem pelo menos a possibilidade de ser apreendido, formando um conteúdo cognoscível. Sobre isso, Meinong diz:

Por isso entram em questão como objetos de nosso saber não apenas o conjunto dos objetos pseudo-existent, isto é, aqueles que são efetivamente julgados ou representados, mas também todos os objetos que não são objetos de nosso saber senão a título de possibilidade (MEINONG, 2005, p. 112).

Para legitimar tal tese, e atento que a conclusão sobre juízos acerca de objetos impossíveis na formulação de sua ciência poderia gerar possíveis paradoxos como “há (*es gibt*) objetos a propósito dos quais se pode afirmar (*von denen gilt*) que não há tais objetos” (MEINONG, 2005, p. 101), Meinong formula um outro importante axioma para contornar tal problema — o princípio da indiferença — em que diz que “o objeto puro é por natureza fora do ser (*ausserseiend*), embora de dois objetivos-de-ser, seu ser e seu não-ser, sempre um deles subsiste” (MEINONG, 2005, p. 105). O que Meinong postula nessa tese é que, ao se ter como objetivo, por exemplo, a negação da existência de um determinado objeto A, pode parecer que se está, de alguma forma, supondo que este A tenha algum tipo de ser, no caso, existência ou subsistência. Contudo o

¹¹ Cf. MAREK, 2008.

juízo sobre o ser ou não-ser desse objeto é um problema que só está presente no objetivo, e não no próprio objeto, pois este, ao ser apreendido para um juízo ou representação, está numa terceira via, além do ser e do não-ser, ainda que o objetivo que é apreendido subsista. Meinong ilustra essa questão com o seguinte exemplo:

Dito de outro modo mais preciso, se eu afirmo que “o azul não existe”, eu não penso, então, em uma representação nem em suas eventuais faculdades, mas sempre no azul. Tudo se passa como se o azul tivesse antes de ser, afim de que se possa levantar a questão de seu ser ou de ser não-ser. [...] o azul e todo outro objeto é de algum modo dado antes de nossa decisão quanto ao seu ser ou não-ser, de uma maneira que também não pré-julga o seu não-ser (MEINONG, 2005, p. 102).

O princípio da indiferença pode ainda ser reforçado pelos princípios de independência e o postulado de caracterização, pois se o que constitui a definição de objeto é o *Sosein*, ou seja, seu conjunto de propriedades que lhe atribuem uma identificação, então, no caso dos objetos incompletos, a existência não é um atributo constituinte de seu conjunto de propriedades¹². O objeto *o quadrado redondo* é caracterizado pelas propriedades de *ser quadrado* e de *ser redondo*, mas *existir*, *ser verde*, *ser vermelho* ou *ser possível* não fazem parte daquilo que lhe é um atributo de caracterização. Ao contornar tal dissabor, Meinong consegue extinguir a possibilidade de equívoco de uma associação das *impossibilias* com a classe dos objetos subsistentes, visto que tanto existência como subsistência não fazem parte do seu *Sosein*, distinguindo, portanto, a classe de objetos como *o círculo quadrado* da classe dos números, e da classe de alunos matriculados no curso de Filosofia da UFRRJ.

Por meio dos princípios construídos em sua teoria, Meinong tem como resultado a realização de uma abordagem singular que trata de uma parcela de objetos não-existentes, incluindo até mesmo objetos incompletos ou contraditórios. A metafísica, ao contrário, apenas lida com o efetivo e o subsistente. Este último, na visão de Meinong, é caracterizado por objetos não-existentes completos. E tal concepção parece ser útil, efetiva e intuitiva em contextos intencionais sobre não-existentes, como no caso das ficções.

¹² Meinongianos distinguem as propriedades entre nucleares e extranucleares. As do primeiro tipo representam propriedades que caracterizam um objeto. E as do segundo tipo representam *status* ônticos como existir, ser possível e subsistir.

3 A TEORIA DAS DESCRIÇÕES NO “ON DENOTING”

Bertrand Russell foi um filósofo inglês muito prolífico e destacou-se por sua verve analítica para a resolução de problemas filosóficos. No artigo “On Denoting”, de 1905, ele busca, por meio de uma análise de crivo lógico, postular uma teoria sobre denotação que mantenha o realismo, não viole as leis fundamentais da lógica clássica, traga bons resultados para diversas áreas do conhecimento e resolva problemas que, segundo ele, não foram solucionados por teorias anteriores. Doravante, irei apresentar as principais características e artifícios usados por Russell no artigo, tecendo alguns comentários sobre seus desdobramentos.

Como parte do processo introdutório a sua teoria, Russell inicia o artigo buscando definir o que ele entende por ‘expressão denotativa’. E ele o faz por meio de apresentação de exemplos particulares, para no fim enunciar que o que a define é a forma:

By a ‘denoting phrase’ I mean a phrase such as any one of the following: a man, some man, any man, every man, all men, the present King of England, the present King of France, the center of mass of the solar system at the first instant of the twentieth century, the revolution of the earth round the sun, the revolution of the sun round the earth. Thus a phrase is denoting solely in virtue of its form (RUSSELL, 1905, p. 479).

A exposição somente por exemplificação deixa uma certa vagueza conceitual em relação ao que seria essa forma, mas através de uma análise indutiva podemos considerar que nela estão contidas expressões linguísticas que se iniciam ou por pronomes indefinidos, ou por pronomes possessivos¹³, ou por artigos definidos ou indefinidos, acompanhado por um substantivo que pode ou não vir qualificado.

A partir disso, ele define três possibilidades advindas de tais formas linguísticas em relação à denotação. São elas: (1) não denotar nada, como por exemplo, a expressão “o atual rei da França”; (2) denotar um objeto definido, como no caso de “a atual rainha da Inglaterra”; (3) denotar com ambiguidade, como no caso de “um homem”, que denota não um homem específico, mas sim um homem indeterminado.

Tendo esboçado o básico sobre o conceito, sintaxe e implicações semânticas do que considera expressões denotativas, Russell enfatiza que o objeto da denotação possui importância para além da linguagem, e também está incluso em campos como

¹³ Apesar de não estarem presente nos exemplos, os pronomes possessivos são apresentados como constituintes de expressões denotativas mais a frente quando Russell diz: “Now ‘my only son’ is a denoting phrase, which, on the face of it, has a denotation when, and only when, I have exactly one son” (RUSSELL, 1905, p. 484).

a lógica, a matemática e a epistemologia. Inclusive, no campo epistemológico, há uma importante instância para a construção de sua tese: a distinção entre o conhecimento por familiaridade e o conhecimento por descrição. E por meio de uma comparação entre ambos, define-os da seguinte maneira:

The distinction between acquaintance and knowledge about is the distinction between the things we have presentations of, and the things we only reach by means of denoting phrases. It often happens that we know that a certain phrase denotes unambiguously, although we have no acquaintance with what it denotes (RUSSELL, 1905, p. 479).

A distinção desses dois tipos de conhecimento é de suma importância, pois, de certa forma, legitima o valor epistemológico daquilo que só nos é acessível através de descrições. Pois pode ocorrer o fato de estarmos familiarizados com o significado de todas as palavras de uma expressão denotativa, todavia não estarmos familiarizados com o que ela visa denotar, ou ainda, que o objeto da denotação seja inacessível à nossa percepção, como no caso de “o centro de massa do sistema solar no começo do século XX” (RUSSELL, 1905, p. 483). Ou seja, há o que só pode ser acessível através do conhecimento por descrição. E dentro disso há outra importante distinção entre o que é da familiaridade da percepção, e o que é da familiaridade do pensamento. No primeiro caso, estão inclusos objetos captados através dos sentidos, como cores, texturas, paisagens; e no segundo caso, objetos abstratos que são familiarizados com o pensamento, como números e constantes lógicas¹⁴.

Sendo as constantes lógicas objetos abstratos familiarizados no pensamento, e alguns objetos apenas acessíveis através do conhecimento por descrição, Russell prossegue com seu postulado, se amparando no conceito de função proposicional, apresentando uma função do tipo $C(x)$, na qual x é uma variável e C deve ser uma propriedade referente a essa variável. De fato, Russell usa as seguintes noções fundamentais:

- variáveis individuais: x, y, z ;
- funções proposicionais: $C(x), B(x), A(x)$;
- a constante lógica: *ser sempre verdadeiro*;
- negação: $\sim$;
- implicação: $\rightarrow$;

Com as noções fundamentais, Russell define, contextualmente, $C(tudo)$, $C(nada)$ e $C(algo)$ da seguinte maneira:

¹⁴ “In perception we have acquaintance with the objects of perception, and in thought we have acquaintance with objects of a more abstract logical character” (RUSSELL, 1905, p. 479).

- $C(\text{tudo})$ equivalendo a ' $C(x)$ ' é sempre verdadeira
- $C(\text{nada})$ equivalendo a ' $\sim C(x)$ ' é sempre verdadeira
- $C(\text{algo})$ equivalendo a não é o caso que ' $\sim C(x)$ ' é sempre verdadeira¹⁵

É possível notar que os arranjos acima, em função do predicado *ser sempre verdadeira*, podem, em última instância, ser colocados em termos de quantificação universal.

Em termos lógicos atuais teríamos as seguintes formas:

- $C(\text{tudo})$ equivalendo a $\forall x Cx$
- $C(\text{nada})$ equivalendo a $\forall x \sim Cx$
- $C(\text{algum})$ equivalendo a $\sim \forall x \sim Cx$ ¹⁶

Por meio dessas noções primitivas e da ideia de substituição da variável de uma função proposicional por expressões denotativas, uma consequência que é obtida é a assunção de que tais expressões não possuem um significado em si mesmas, mas somente quando analisadas no contexto de uma proposição. Isto é, "todo cachorro" não tem sentido por si mesma, sendo portanto considerada por Russell, como símbolo incompleto. Contudo, quando a expressão é colocada no lugar de uma variável de uma função proposicional produz uma sentença que adquire sentido, e é julgável em virtude de sua associação com uma propriedade. Tendo isso em vista, Russell ilustra tal consequência utilizando a expressão denotativa "um homem" como exemplo e expressa que a classe dos homens é definida como a classe que possui o predicado humano. Logo, $C(\text{um homem})$ é ' $C(x)$ e x é humano' não é sempre falsa.

Após fazer essa associação de predicados, o filósofo inglês ilustra as noções primitivas *todo*, *nenhum* e *algum*, a partir de enunciados categóricos¹⁷, que resulta em:

- " $C(\text{todo homem})$ " equivalendo a " ' $\text{se } x \text{ é humano, então } C(x) \text{ é verdadeiro}$ ' é sempre verdadeiro"
- " $C(\text{nenhum homem})$ " equivalendo a " ' $\text{se } x \text{ é humano, então } C(x) \text{ é falso}$ ' é sempre verdadeiro"
- " $C(\text{algum homem})$ " equivalendo a "é falso que ' $C(x)$ e x é humano' é sempre falso"

Nota-se que *todo*, *nenhum* e *algum* são relativos a expressões denotativas cuja descrição é indefinida e suas ligações com seus respectivos predicados podem ser dadas através do quantificador da seguinte maneira:

¹⁵ Podendo também ser interpretadas, respectivamente, como: ' $\sim C(x)$ ' é sempre falsa, ' $C(x)$ ' é sempre falsa e não é o caso que ' $C(x)$ ' é sempre falsa.

¹⁶ $C(\text{tudo})$, $C(\text{nada})$ e $C(\text{algo})$ em quantificação existencial são respectivamente: $\sim \exists x \sim Cx$, $\sim \exists x Cx$ e $\exists x Cx$.

¹⁷ Cf. RUSSELL, 1905, p. 481.

- $C(\text{todo homem})$ equivalendo a $\forall x(Hx \rightarrow Cx)$
- $C(\text{nenhum homem})$ equivalendo a $\forall x(Hx \rightarrow \sim Cx)$
- $C(\text{algum homem})$ equivalendo a $\sim \forall x(Hx \rightarrow \sim Cx)$ ¹⁸

Após a apresentação das expressões denotativas com descrições indefinidas, Russell apresenta expressões que ele afirma como sendo as de maior complexidade: as iniciadas por um artigo definido¹⁹. Tomando como exemplo a expressão “o pai de Carlos II foi executado”, o filósofo inglês destaca que o artigo definido da expressão implica duas condições: existência e unicidade. Neste caso, ao seguir o método de substituição da forma gramatical da linguagem pela sua forma lógica, a expressão denotativa deve ser substituída por um arranjo com as noções fundamentais da teoria, de forma que seja mantido o par de condições citadas. No caso do exemplo supracitado, Russell substitui a variável da função proposicional $C(x)$, na qual C significa “foi executado”, por “o pai de Carlos II”, tendo como resultado “ $C(\text{o pai de Carlos II})$ ”. Contudo, manter a expressão denotativa acompanhada do artigo na função proposicional pode gerar problemas, caso a descrição não denote nada, como por exemplo “o maior número primo”, ou não corresponda a denotação de um unívoco, como por exemplo “o autor do Principia Mathematica”. Para evitar tais dissabores, Russell chegará, em última instância, à seguinte paráfrase “ x gerou Carlos II e x é único e $C(x)$ ” é algumas vezes verdadeira”, que, em termos lógicos, é representada por:

$$\exists x [(Px \ \& \ \forall y(Py \rightarrow y = x)) \ \& \ Cx].$$

É possível notar nuances interessantes entre as formas gramatical e lógica da linguagem por meio do papel de cada função proposicional no arranjo lógico no qual não há mais o compromisso com a entidade “o pai de Carlos II”, mas sim com um objeto que substitua a variável x , satisfazendo conjuntamente as funções proposicionais $P(x)$ e $C(x)$ que significam, respectivamente, “ x gerou Carlos II” e “ x foi executado” ligadas por conjunções. Isto é:

Em (1) $\exists x(Px \ \& \ ...)$ deve ser assegurada a existência de pelo menos um objeto que substitua a variável x e satisfaça a função $P(x)$.

Em (2) $(... \ \& \ \forall y(Py \rightarrow y = x) \ \& \ ...)$ deve ser assegurada a unicidade do objeto que irá satisfazer a função $P(x)$. Ou seja, deve haver apenas um substituinte possível para a variável.

E em (3) $(... \ \& \ C(x))$ deve ser assegurado que esse atributo qualitativo seja verdadeiro acerca do objeto que satisfaz (1) e (2).

¹⁸ Na forma lógica em função do quantificador existencial $C(\text{todo homem})$, $C(\text{nenhum homem})$ e $C(\text{algum homem})$ correspondem a: $\sim \exists x(Hx \ \& \ \sim Cx)$, $\sim \exists x(Hx \ \& \ Cx)$ e $\exists x(Hx \ \& \ Cx)$.

¹⁹ No texto lemos o seguinte: “...phrases containing *the*” (RUSSELL, 1905, p. 481). Contudo é possível notar que pela forma linguística exposta das expressões denotativas, elas devem ser iniciadas pelo artigo definido usado de modo estrito.

O uso da conjunção entre as funções assegura que a totalidade da expressão será verdadeira se e somente se (1), (2) e (3) forem verdadeiras. Com isso, sentenças em que ocorrem descrições como “o maior número primo” e “o autor do *Principia Mathematica*”, na teoria de Russell, serão falsas independentemente do atributo (3) associado, pois a primeira descumpra o item (1) e a segunda o item (2)²⁰.

Ainda dentro do objetivo de legitimação de sua teoria, Russell apresenta 3 enigmas lógicos dos quais diz que sua análise é capaz de resolver.

O primeiro é em relação a um problema de identidade, que pode ser expresso da seguinte maneira: se *a* é idêntico a *b*, então toda propriedade de *a* é propriedade de *b* (e vice-versa), o que faz com que um possa, de acordo com a lei de substituição, ser trocado pelo outro no interior de qualquer enunciado, sem que se altere o valor de verdade deste. Para ilustrar o problema, Russell utiliza o seguinte exemplo:

“George IV queria saber se Scott era o autor de *Waverley*”.

De fato, Scott escreveu *Waverley*, deste modo “o autor de *Waverley*” *salva veritate* poderia dar lugar a “Scott” em qualquer proposição, o que inclusive torna possível a substituição no enunciado “George IV queria saber se Scott era o autor de *Waverley*”, e levaria ao enunciado

“George IV queria saber se Scott era Scott”.

Contudo, não é isso que George IV queria saber, pois essa seria uma busca por uma mera trivialidade do princípio de identidade, e diferiria do conteúdo cognitivo extensivo de conhecimento que era expresso em sua busca no enunciado original.

Para a resolução desse problema, Russell primeiro afirma que o que é expresso pelo nome próprio “Scott” não é a mesma coisa expressa pela descrição definida “o autor de *Waverley*”, pois o primeiro designa a entidade Scott²¹ e a segunda, como toda expressão denotativa, é um símbolo incompleto, sendo portanto desprovido de sentido por si próprio. Com isso, quaisquer que fossem as expressões denotativas colocadas na frase original no lugar de “o autor de *Waverley*”, a troca por meio da lei da substituição seria inválida, pois somente o nome designa. Portanto, nome e descrição não possuem o mesmo significado. Contudo, ao fazer a passagem da descrição de sua forma gramatical para a sua forma lógica, Russell apresenta uma solução para esse problema. A expressão denotativa “o autor de *Waverley*” dará lugar, em última instância, a ‘*x* escreveu *Waverley* e é sempre verdadeiro que se *y* escreveu *Waverley*, então *y* é igual a *x*’. Uma possibilidade de interpretar o enunciado original “George IV queria saber se Scott era o autor de *Waverley*” é

²⁰ O *Principia Mathematica* possui dois autores: B. Russell e A. N. Whitehead.

²¹ No “On Denoting” Russell trata nomes históricos como denotadores, o que futuramente não ocorrerá mais em sua teoria de descrições, em que esses serão tratados como descrições disfarçadas, como pode ser visto por exemplo no capítulo sobre descrições definidas do *Introdução à Filosofia da Matemática*.

- (1) “George IV queria saber se existe um x que escreveu *Waverley* e ninguém mais escreveu *Waverley* e x é Scott”,

outra possibilidade é

- (2) “existe um x tal que x escreveu *Waverley* e ninguém mais escreveu *Warveley* e George IV queria saber se x é Scott”,

que em termos lógicos podem ser representados respectivamente por:

- (1) George IV queria saber se $\exists x [(Ax \ \& \ \forall y (Ay \rightarrow y = x)) \ \& \ x = a]$,
(2) $\exists x [(Ax \ \& \ \forall y (Ay \rightarrow y = x)) \ \& \text{George IV queria saber se } x = a]$.

Russell afirma que ocorre uma diferença de escopo das descrições nas duas paráfrases, em virtude de uma diferença da ocorrência primária ou secundária da descrição. Em (1), a ocorrência é secundária e a abrangência do escopo da descrição é curta e, em (2), a ocorrência é primária e a abrangência do escopo da descrição longa. O que acarreta que caso não exista um “o autor de *Waverley*”, a segunda paráfrase será necessariamente falsa, enquanto a primeira não o será. Confirmando, portanto, que o nome próprio “Scott” não possui o mesmo valor que a descrição, pois esta não constitui um termo singular, mas sim uma estrutura de quantificadores. Assim, a lei da substituição não pode ser aplicada.

O segundo enigma trata da questão do princípio do terceiro excluído. De um ponto de vista proposicional, esse princípio afirma que ou bem um enunciado é verdadeiro, ou bem sua negação é verdadeira. De um ponto de vista predicativo, o princípio afirma que ou bem um objeto tem uma determinada propriedade F , ou não tem esta propriedade. Para ilustrar um caso em que isso pode aparentemente ser violado, Russell utiliza o enunciado “o atual rei da França é careca” e a contrasta com o enunciado “o atual rei da França não é careca”. De acordo com o princípio exposto acima, poderíamos supor que um dos dois enunciados deve ser verdadeiro e o outro falso. Contudo, se analisarmos os objetos que estão contidos tanto no conjunto daquilo que é careca, como no conjunto daquilo que não é careca não será possível encontrar algo como *o atual rei da França* em nenhum dos dois. Ou seja, aparentemente ambos seriam falsos, violando, portanto, uma das leis fundamentais da lógica clássica.

Para resolver o problema ocorrido no exemplo ilustrado e em outros enunciados em que também surja, Russell utiliza novamente a questão da distinção entre ocorrência primária e secundária da descrição.

The distinction of primary and secondary occurrences also enables us to deal with the question whether the present King of France is bald or not bald,

and general with the logical status of denoting phrases that denote nothing (RUSSELL, 1905, p. 489).

O que basicamente é feito por meio de tal distinção é o rompimento de uma ambiguidade advinda do uso da negação em expressões denotativas acompanhadas de predicação. Na linguagem gramatical, ao enunciarmos “é falso que o atual rei da França é careca”, não fica claro se o que negamos é a existência de uma entidade que é atual rei da França e esta entidade é careca, ou se negamos a calvície da entidade que é atual rei da França. Contudo, na linguagem lógica, é fácil observar o sentido da negação através da diferença entre as ocorrências primária e secundária da descrição.

Na ocorrência primária, o que é negado é uma propriedade que está sendo atribuída em conjunção com o arranjo lógico da descrição definida. Logo se, em sua forma lógica, a sentença em que a ocorre a descrição definida não satisfizer as condições de existência e unicidade, independentemente do valor de verdade que possua a afirmação ou negação do predicado associado a ela, a proposição será falsa, como pode ser visto nos casos de:

(1) O atual rei da França é careca.

(2) O atual rei da França não é careca,

cujas formas lógicas são:

(1) $\exists x [(Rx \ \& \ \forall y (Ry \rightarrow y = x)) \ \& \ Cx]$

(2) $\exists x [(Rx \ \& \ \forall y (Ry \rightarrow y = x)) \ \& \ \sim Cx]$

Já, na ocorrência secundária, o uso da negação é feito englobando toda a proposição, fazendo, portanto, com que seu valor de verdade seja alterado, pois o que está em jogo é a negação de toda a proposição, incluindo o resultado da conjunção com a descrição definida. Como pode ser visto em:

(1) O atual rei da França é careca.

(2) É falso que o atual rei da França é careca,

cujas formas lógicas são:

(1) $\exists x [(Rx \ \& \ \forall y (Ry \rightarrow y = x)) \ \& \ Cx]$

(2) $\sim \exists x [(Rx \ \& \ \forall y (Ry \rightarrow y = x)) \ \& \ Cx]$

No exemplo supracitado, é possível notar que o terceiro excluído, bem como o princípio da não contradição são assegurados, pois é impossível existir e não existir o atual rei da França que seja careca, ao mesmo tempo e num mesmo sentido.

O terceiro problema diz respeito a proposições existenciais negativas. Para expô-lo, Russell utiliza como ilustração o exemplo ‘a diferença entre A e B’. No caso de realmente haver tal diferença, poderia ser dito “a diferença entre A e B subsiste” (RUSSELL, 1905, p. 485). Contudo, Russell coloca como problema a não existência da relação de diferença entre esses dois termos. O que acarreta, em última instância, em “A diferença entre A e B não subsiste”. E faria com que um não-existente fosse o sujeito de uma proposição.

A solução apresentada por Russell para esse enigma é deveras simples. Ele diz que ao se substituir ‘a diferença entre a e B’ pela forma lógica “existe x tal que x é a diferença entre A e B e ela é única”, caso A e B realmente difiram, a expressão denota. Caso não difiram, a expressão não denota. Contudo, essa análise entra em conflito com o que até então havia sido esboçado na teoria, pois se são as expressões denotativas símbolos incompletos e desprovidas de sentido por si só, parece ser equivocado utilizá-la de maneira isolada. Isto porque existência não é interpretada durante a teoria como um predicado de primeira ordem, portanto não há um atributo associado com a descrição definida no exemplo exposto.

A resolução dos três enigmas lógicos traz consequências importantes para questões sobre a denotação, que não violam as leis fundamentais da lógica. A saber, ficam evidenciadas, segundo Russell, a ideia de expressões denotativas como símbolos incompletos e sua diferença em relação aos nomes próprios, a falsidade de sentenças que contêm funções proposicionais que não cumpram os quesitos de existência ou unicidade em suas formas lógicas, a ambiguidade da negação na linguagem gramatical e a solução a partir da distinção de ocorrências.

No concernente à questão dos não-existentes, Russell estende sua teoria para além das descrições que não denotam e engloba nomes de personagens fictícios. Pois, segundo ele, tais nomes são descrições definidas disfarçadas. Deste modo, devem ser substituídas num enunciado por alguma descrição que lhes é equivalente, e caso sua ocorrência seja primária, quaisquer que sejam as propriedades atribuídas à descrição, a proposição será falsa. O filósofo exemplifica a passagem do nome para a descrição utilizando Apollo como exemplo.

The whole realm of non-entities, such as ‘the round square’, ‘the even prime other than 2’, ‘Apollo’, ‘Hamlet’, etc., can now be satisfactorily dealt with. All these are denoting phrases which do not denote anything. A proposition about Apollo means what we get by substituting what the classical dictionary tells us is meant by Apollo, say ‘the sun-god’ (RUSSELL, 1905, p. 491).

O que no fim das contas torna todo e qualquer enunciado sobre não-existentes falso é que a condição de existência não será cumprida no arranjo lógico da paráfrase das descrições definidas.

Russell também aproveita para tentar exibir um contraexemplo ao Argumento Ontológico²², que consiste em:

O Ser Mais Perfeito possui todas as perfeições
A existência é uma perfeição
Logo, o Ser Mais Perfeito existe

Substituindo a descrição definida ‘o ser mais perfeito’ por ‘existe uma e somente uma entidade x que é a mais perfeita’, a conclusão torna-se uma petição de princípio, pois a existência na primeira premissa não foi comprovada.

Por fim, Russell enumera os problemas e resultados advindos de sua teoria, a saber: (1) a resolução dos três enigmas lógicos; (2) a distinção entre nome próprio e descrição definida; (3) a incompletude das expressões denotativas; (4) a utilização da forma lógica para contornar problemas em proposições cuja negação causa ambiguidade na linguagem gramatical; (5) a distinção entre ocorrências primária e secundária; (6) o problema das proposições sobre não-existentes; (7) um novo contraexemplo para o Argumento Ontológico.

Russell também enumera outros resultados na área da Matemática para definições que usam descrições e da Epistemologia, visto que ele afirma que as coisas que são conhecidas por descrição não são conhecidas em si, mas sim por meio de suas propriedades. E encerra assumindo a complexidade de sua teoria, afirmando que uma teoria sobre denotação é necessariamente complexa, contudo não há uma justificação forte para tal afirmação. Há apenas uma sugestão para que o leitor tente formular uma teoria para verificar a veracidade da afirmativa.²³

²² Uma variação do argumento elaborado pelo filósofo medieval Anselmo da Cantuária para provar a existência de Deus.

²³ “I will say nothing. I will only beg the reader not to make up his mind against the view — as he might be tempted to do, on account of its apparently excessive complication — until he has attempted to construct a theory of his own on the subject of denotation. This attempt, I believe, will convince him that, whatever the true theory may be, it cannot have such a simplicity as one might have expected beforehand” (RUSSELL, 1905, p. 493).

4 AS CRÍTICAS DE RUSSELL À TEORIA DOS OBJETOS

Além das matizes da teoria das descrições, há também no “On Denoting” críticas direcionadas explicitamente para a teoria dos objetos. No presente capítulo, tais críticas serão expostas e analisadas tendo como objetivo deixar claro que configuram uma falácia do espantalho. Conforme foi exposto, a resposta de Meinong para as aparentes aporias que são tratadas como cerne do problema ontológico sobre não-existentes são positivas para perguntas sobre a possibilidade dessas entidades possuírem propriedades genuínas e serem constituintes de enunciados significativos e verdadeiros, pois os princípios de independência, o postulado de caracterização e a tese de indiferença apoiam sua resposta. Portanto, na teoria do filósofo austríaco, o conceito de objeto engloba não-existentes como *o quadrado redondo*, *o atual rei da França* e *Sherlock Holmes*. Já, em Russell, as respostas para as questões envolvendo os não-existentes são negativas, uma vez que, via de regra, em sua teoria, a transformação da forma gramatical de uma sentença para a sua forma lógica gera como condição necessária a existência de um objeto que ocupe o lugar da variável num arranjo de funções proposicionais.

Devido ao antagonismo radical com sua teoria de base realista e lógica, o ataque de Russell à teoria dos objetos tem como foco o princípio de não contradição. Lei fundamental da lógica que dita o seguinte: (1) de um ponto de vista proposicional, um enunciado e sua negação não podem ser verdadeiros ao mesmo tempo; (2) de um ponto de vista predicativo, um objeto não pode ter e não ter uma determinada propriedade F.

Em termos lógicos:

- $\sim(\alpha \ \& \ \sim\alpha)$
- $\forall x \sim(Fx \ \& \ \sim Fx)$

Vejamos o que Russell diz explicitamente sobre a teoria de Meinong e a lei da não contradição:

This theory regards any grammatically correct denoting phrases as standing for an object. Thus “the present King of France”, “the round square”, etc., are supposed genuine objects . It is admitted that such objects do not subsist, but nevertheless they are supposed to be objects. This is in itself a difficult view; but the chief objection is that such objects, admittedly, are apt to infringe the law of contradiction. It is contended, for example, that the present King of France exists, and also does not exist; that the round square is round, and also not round, etc. But this is intolerable; and if any theory can be found to avoid this result, it is surely to be preferred (RUSSELL, 1905, p. 482-3).

A crítica supracitada, apesar de apontar apenas o problema da violação do princípio

da não contradição, pode ser dividida de um duplo modo, de acordo com os exemplos usados, pois, apesar de serem colocados por Russell dentro da crítica de um mesmo problema, configuram problemas distintos, que necessitam de soluções distintas. Logo, as críticas serão divididas em: (1) o problema contido no enunciado “o atual rei da França existe e também não existe”; e (2) o problema contido no enunciado “o quadrado redondo é redondo e não redondo”.

Vale notar que Russell está correto na afirmação de que os objetos *o quadrado redondo* e *o atual rei da França* são considerados objetos genuínos mesmo não subsistindo. Pois, como vimos, esse é realmente um dos resultados da teoria meinonguiana. O que indica que ele no “On Denoting” aparentemente já entende o conceito de objeto postulado por Meinong. E embora considere a visão desses tipos de objetos dificultosa, nessa primeira parte parece haver somente um problema de incompatibilidade entre as teorias dos dois filósofos. O pomo da discórdia nesse início da crítica reside na pergunta “o que é o objeto?” O que na teoria de Meinong é abrangente e está para além do ser e não-ser, e, em última instância, aplica-se a tudo que possui *Sosein*, ainda que incompleto, em Russell, deve ser estrito ao realismo e não violação das leis da lógica, o que, em termos meinonguianos, seriam os objetos que possuem *Sein* ou *Sosein* completo.

Contudo, Russell completa seu argumento apresentando os problemas (1) e (2), que, segundo ele, são inaceitáveis e, em última instância, refutam a validade da teoria dos objetos. Entretanto, se observarmos os exemplos usados, podemos notar que essa “refutação” é um tanto quanto problemática, pois não seguem fatores importantes expostos por Meinong no *Sobre a teoria dos objetos*.

Em (1) Russell utiliza existência como um predicado para um não-existente, sendo que isso em momento algum é feito por Meinong em *Sobre a teoria do objeto*²⁴. Na verdade, nesse artigo, existência é utilizada pelo filósofo austríaco como uma espécie de delimitador ôntico que diferencia objetos que têm atualidade espaço-temporal dos que não têm, não sendo, portanto, uma propriedade assumível no postulado de caracterização, tal como são *ser quadrado*, *ser alienígena* ou *ser aluno*. Além disso, o princípio de independência permite que o *Sosein* de um objeto não dependa de seu *Sein* e nem necessite ser completo. E objetos incompletos tem inexoravelmente como consequência o *status* de não-existentes. Routley, além de observar esse ponto, também expõe outros *status* ônticos que não são assumíveis, tais como: “é real”, “é possível”, “é fictício” e “é criado”:

Mere characterisation on its own cannot determine what exists or how things actually are interrelated. Of course once it is determined what something is

²⁴ Posteriormente Meinong cria um argumento que distingue existência de existente, mas esse argumento é deveras inconsistente e é descartado por Russell e até mesmo por meinonguianos.

then it can be found out whether or not it exists, where, if anywhere, it is, and what it is identical with. The rejected examples violate these principles. In case (|1)²⁵, for instance, an impossible object presents itself, through its description, as also existing: but an object cannot decide its own existence by describing itself as existing, any more than a person can change his height or status by describing himself as of a different height or status. There are several corollaries which emerge from such rejections, the most obvious being that existence is not a characterising feature. In fact existence is only one of a larger and important class of properties — ontic or status properties — which are not assumptible. Other status predicates are, for example, “is real”, “is fictional”, “is possible”, “is created”. The features such predicates specify are not assumptible, but rather supervenient or consequential; in particular, nonexistence and impossibility are consequential on roundness and squareness, and existence is consequential on suitable determinacy of elementary properties. Existence, like identity, is a supervenient (or higher-order) property dependent on a class of elementary (or first-order) properties; thus, for example, one can no more have two items which are exactly the same in every respect except that one exists and the other does not, than one can have two items exactly alike in every respect except that one is identical with another individual and the other is not. Existence and identity are not simply further properties on a par with roundness and goldenness (ROUTLEY, 2018, p. 61-2).

Já sobre o ponto (2), vale a pena adentrar o campo de debate de Russell: a lógica. Para tal, é mister fazer a introdução de um artifício criado por Nichollas Griffin, que consiste na distinção entre negação ampla e negação estreita (GRIFFIN, 1986, p. 393). De acordo com Griffin:

(2.1) uma negação ampla é uma negação do tipo “não é o caso de a ser B ” e é representada por um til ($\sim$).

Em termos lógicos: $\sim Ba$.

(2.2) uma negação estreita é uma negação do tipo “ a é não- B ” e é representada por uma barra ($\neg$).

Em termos lógicos: $\neg Ba$.

Em (2.1), a negação é sentencial, já em (2.2), a negação é de uma determinada propriedade. Para Meinong, a partir de (2.1) é possível formular genuinamente o princípio da não contradição, o que é não é o caso em (2.2).

Em termos lógicos, assim são as contradições supracitadas:

(2.1) $\forall x(Fx \ \& \ \sim Fx)$

(2.2) $\forall x(Fx \ \& \ \neg Fx)$

²⁵ The round square which exists exists.

Para ilustrar, em (2.1), é dito, por exemplo que:

“para todo objeto x , x é F e não é o caso que x seja F .”

Já em (2.2), é dito que:

“para todo objeto x , x é F e x é não- F ”.

(2.2) implica uma contradição lógica, somente quando os objetos não são incompletos.

Meinong aceita o princípio da contradição relacionado a forma sentencial, que é o genuíno, pois indica que um determinado objeto tem uma determinada propriedade F , mas que também não é o caso de tê-la. Enquanto, na negação da propriedade, o que há é um acréscimo de uma propriedade contrária a uma determinada propriedade F , que é o caso nos objetos com propriedades indeterminadas como no exemplo apresentado por Russell em (2.2). Isto é:

“O quadrado redondo é redondo e não é redondo”, na verdade, configura um exemplo de negação de propriedade sem exclusão de seu aparente contraditório. “O quadrado redondo é redondo e não-redondo ao mesmo tempo e num mesmo sentido” e *ser não-redondo* não exclui sua “redondeza”, mas sim acrescenta uma outra propriedade, que é *ser não-redonda*. E, contido no escopo dessa propriedade negada, há inúmeras propriedades que podem ser consideradas contrárias a *ser redondo* como *ser quadrado*, *ser hexagonal*, *ser triangular*. E, ser contrário não é o mesmo que ser contraditório.

Uma variação que pode ser obtida a partir da distinção desses tipos de negação em conjunto com o princípio do terceiro excluído é uma formulação da indeterminação presente nos objetos não-existentes em relação as propriedades que não lhes são constituintes. Isto é:

Para objetos indeterminados “não é o caso de ter uma propriedade A ou ter a propriedade não- A ”

Em termos lógicos:

$$\forall x \sim (Fx \vee \neg Fx).$$

Para ilustrar:

“Não é o caso do quadrado redondo ter a propriedade *ser canhoto* ou ter a propriedade *ser não-canhoto*”.

Ou seja, quaisquer predicados que não pertençam a faixa de significância de um determinado objeto indeterminado não serão constituintes de sua caracterização.

Conforme exposto nas exposições e respostas às críticas de Russell, é possível perceber que tais críticas foram construídas a partir de distorções dos argumentos da teoria dos objetos e que, portanto, configuram uma falácia do espantalho. Em consequência

disso, pelo menos na perspectiva desse início do debate sobre não-existentes, o meiononguianismo merece uma apologia, visto que muitas das interpretações equivocadas sobre a teoria dos objetos foram advindas de um erro²⁶.

²⁶ Como um complemento às refutações das críticas russellianas, e para dar uma perspectiva de inversão de papéis na crítica sobre essa primeira parte do debate sobre os não-existentes, encerrarei o presente capítulo expondo uma inconsistência que a teoria de Russell apresenta dentro dos próprios princípios lógicos em que pretendeu se erguer. Isto porque pode apresentar falhas no que concerne à violação de leis fundamentais da lógica clássica, como, por exemplo, o princípio de identidade, visto que uma proposição como $x = x$ é trivial, analítica e verdadeira, contudo, se substituirmos a variável individual x por um nome fictício, por exemplo, e seguirmos sua ideia de substituição de tais nomes por descrições definidas, teremos, em última instância, uma proposição falsa, mas na forma de uma expressão que deveria ser analítica por expressar a forma lógica do princípio de identidade. Como aponta Routley:

Firstly Russell's analysis assigns all such statements where nonentities have a primary occurrence the value false, with the unacceptable consequences that all such statements are uniformly rejected ("Pegasus is identical with Pegasus" is taken to be just as false as "Pegasus is identical with Cerberus" or the indeterminate "Pegasus weighs two tons"), and that nonentities are indistinguishable one from the other (ROUTLEY, 2018, p. 153).

Isto é:

$$x = x$$

é verdade lógica, embora

$$\text{Frodo} = \text{Frodo}$$

seja um enunciado falso apenas por conter um não-existente.

Além do mais, outras expressões de identidade entre não-existentes, em contraste com enunciados que são verdades lógicas, podem ilustrar como que na teoria russelliana todos os não-existentes acabam por ser indistinguíveis uns dos outros. Isto é, seria falso da mesma maneira que "Frodo" é igual a si mesmo, quanto que é igual ao "Mickey Mouse" ou "Carmen Sandiego", se analisados na perspectiva do restritivo realismo da teoria russeliana, isto pois nenhum desses objetos denotam. Falhas graves para quem se propõe a construção de uma teoria que não viola as leis fundamentais da lógica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar as nuances do início do debate entre Meinong e Russell acerca dos objetos não-existentes, a partir do conteúdo dos artigos *Sobre a teoria do objeto* e “On denoting”.

Podemos ver os axiomas que sustentam a teoria dos objetos de Meinong, tais como o princípio da independência entre o *Sein* e o *Sosein*, o postulado de caracterização e a tese da indiferença. E, a partir destes, analisamos a lógica interna e a abordagem ampla e inclusiva na teoria meinonguiana, na qual estão inclusos não-existentes como objeto de estudo, tendo assim um campo de estudo mais amplo do que a metafísica, pois esta restringe-se ao que é atual. E, portanto, sendo uma importante ferramenta em contextos intencionais e análise de ficções.

Vimos também os pormenores da teoria das descrições russelliana, a partir do célebre artigo “On Denoting”, cujos princípios convertem expressões da forma gramatical para a forma lógica da linguagem, trazendo resultados importantes para alguns campos de estudo como a matemática, a lógica e a epistemologia, bem como a capacidade de resolução de problemas lógicos contidos em expressões que apresentam ambiguidade. A teoria é, portanto, uma excelente ferramenta na análise da denotação do que é atual. Contudo, os resultados desta teoria restringem o conceito de objeto a um realismo abrupto, pois qualquer enunciado que contenha uma não-entidade designa o falso como valor de verdade.

Também constatamos que, em virtude do antagonismo radical entre a concepção de objeto entre as duas teorias, Russell escreveu, no “On Denoting”, severas críticas contra a teoria meinonguiana. Entretanto, ao analisarmos os pontos dessas críticas feitas pelo filósofo inglês, notamos que são distorções dos argumentos contidos na obra de Meinong, caracterizando, portanto, uma falácia do espantalho, fazendo com que não haja, de fato, uma refutação à teoria dos objetos, pelo menos nessa primeira parte do debate, muito embora tais críticas tenham causado uma espécie de ridicularização e impedido uma “decolagem” do trabalho de Meinong sobre os objetos.

Em suma, embora as críticas russellianas possam ser consideradas errôneas, um veredicto sobre qual das teorias pode ser considerada melhor, é impossível, pelo menos por meio dos artigos da parte inicial do debate. Tal veredicto talvez possa ser alcançado por meio da análise das réplicas e tréplicas escritas tanto por Meinong, como por Russell, posteriores ao “On Denoting”. O que pode ser um boa meta para pesquisas posteriores.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GRIFFIN, N. Russell's critique of Meinong's theory of objects. *Grazer Philosophische Studien*, v. 26, p. 375–401, 1986.
- MAREK, J. Alexius Meinong. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. [s.n.], 2008. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/meinong/>>.
- MEINONG, A. Sobre a teoria do objeto. In: BRAIDA, C. (Ed.). *Três Aberturas em Ontologia*. Florianópolis: Rocca Brayde, 2005. p. 93–145.
- QUINE, W. van O. Sobre o que há. In: *Coleções Pensadores: Ryle, Strawson, Austin e Quine*. São Paulo: Editora Abril, 1980.
- ROUTLEY, R. *Exploring Meinong's jungle and beyond - Vol. 1*. Amsterdam: Springer, 2018. v. 1.
- ROUTLEY, R. et al. Rehabilitating Meinong's theory of objects. *Revue Internationale de Philosophie*, v. 27, n. 105, p. 224–254, 1973.
- RUSSELL, B. On denoting. *Mind*, v. 14, p. 479–493, 1905.
- SMITH, J. F. The Russell-Meinong debate. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 45, n. 3, p. 305–350, 1985.
- SWANSON, C. *Reburial of nonexistent: reconsidering the Meinong-Russell debate*. Amsterdam-Nova York: Editions Rodopi B. V., 2011.